

# NONA



Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XV | Número 182

## Diretores de unidades judiciárias se reúnem para aperfeiçoamento



Thyza Wolk

Criatividade no trabalho polarizou encontro regionalizado de saúde [P. 6 e 7](#)

Campanha social do TRT-PR é levada à comunidade indígena do Paraná [P. 12](#)



Inara Passos

A oficina sobre linguagem corporal foi a mais procurada



Acervo do Museu Paranaense

Tribunal auxilia Pastoral Indigenista a obter cobertores

# Processo eletrônico será um dos temas do Coleprec

A definição de estratégias comuns aos Tribunais Regionais do Trabalho, no avanço

do Processo Judicial Eletrônico Nacional, deverá ser um dos temas da reunião ordinária do Colégio dos Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (Coleprec), que será realizada em Curitiba nos dias 17 e 18 de junho. A pauta do encontro, que ainda está sendo elaborada, deverá contemplar o “passo” do momento para a informatização da Justiça do Trabalho – a implantação definitiva do Processo Eletrônico.

Durante a reunião, haverá demonstrações de algumas das ferramentas utilizadas por vários regionais. O TRT-PR tem em funcionamento o sistema Fidelis de gravação de audiências e o e-GAB, sistema de gerenciamento de gabinetes, turmas e elaboração de decisões com a utilização de banco de dados.

Atualmente, há necessidade de uma estratégia conjunta das Administrações dos TRTs na implantação do Processo Judicial Eletrônico, considerando as notícias de modificação do Projeto SUAP-Nacional. Também está em discussão o levantamento do “estado da arte” das normativas editadas para funcionamento do Processo Judicial Eletrônico, visando a possível unificação.



## 3ª Reunião Ordinária do COLEPRECOR

CURITIBA - 17 E 18 DE JUNHO - TRT DA 9ª REGIÃO

# Centro de Memória recria sala de audiência original

O Centro de Memória do Tribunal Regional da 9ª Região, que será inaugurado no dia 17 de junho, durante a reunião do Coleprec, em Curitiba, reproduzirá uma sala de audiências como as que havia nos primeiros anos do Tribunal, fundado em 1976. Essa sala será um dos ambientes principais do Centro, que terá uma sala para pesquisa e outra para secretaria.

Todo o mobiliário desses ambientes foi usado, em diferentes épocas, primeiro nas juntas de conciliação e julgamento e depois nas varas do trabalho em diversas cidades do Paraná, como mesas originais, armários de togas, escaninho da década de 70, cadeiras e máquinas de escrever. Resgatar outros móveis semelhantes é um dos objetivos do Centro, um projeto que começou em 2006 e que agora se materializa na nova sede do TRT-PR, o edifício histórico do antigo Clube Rio Branco, no centro de Curitiba.

**AUTOS** - Na inauguração será apresentada uma nova versão do SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas), desenvolvida para o Tribunal paranaense para incluir as funcionalidades de pesquisa no acervo histórico. Todos os autos de processo classificados como de interesse histórico serão higienizados, restaurados e digitalizados para pesquisa por meio do SIABI. Nesse sistema, magistrados, servidores, advogados, historiadores, cientistas políticos, acadêmicos e outros pesquisadores e cidadãos interessados poderão acessar os autos na íntegra, por meio eletrônico.

Entre os processos já digitalizados, há casos especialmente interessantes, das décadas de 1940 e 1950, como uma série de ações movidas por estrangeiros imigrantes empregados em empresas paranaenses. Em uma segunda fase, todo o material poderá ser acessado pela Internet.

## Expediente

### Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

#### Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

#### Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

#### Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

#### Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

#### Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

#### Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial

e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

#### Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

#### Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

#### Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento,

Irene Pioker, Nelson Copruchinski,

Luiz Munhoz, Rossana Tuoto e Bruno Manenti

#### Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz, Thyrsa Wolk, José Dias de

Oliva, acervo do Museu Paranaense

e arquivo do TRT-PR

#### Revisão:

César Caldas, Rose Montes e Rossana Tuoto

#### Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

#### Tiragem:

500 exemplares

Disponível na Internet no site

www.trt9.jus.br

#### Impressão:

Gráfica Radial Ltda

#### Sugestões e opiniões para o NONA:

Assessoria de Comunicação Social do TRT

Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba-PR

Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171

ascom@trt9.jus.br

## Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

## Visão do TRT-PR

“Ser reconhecido como referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”

# Vara do Trabalho de Arapongas muda de endereço para reforma do prédio

A partir do dia 24 de maio a Vara do Trabalho de Arapongas estará instalada provisoriamente na Rua Quíscalo, 166, Praça Cacilda Becker, prédio da Biblioteca Municipal, Centro, em espaço cedido pela Prefeitura. O prédio da Justiça do Trabalho passará por reformas que resultarão na triplicação do espaço. Atualmente, a secretaria da Vara tem 4.130 processos em trâmite e 12.474 arquivados no andar superior do prédio.

Com a reforma, o piso térreo, que hoje abriga o gabinete do juiz, a sala de audiências, a secretaria e a sala da OAB, comportará apenas a secretaria da Vara, que faz o atendimento ao público. O andar superior terá duas salas de audiências, dois gabinetes, salas para os assistentes e a OAB, além de um posto de atendimento bancário da Caixa Econômica Federal. Ainda no espaço superior, o arquivo terá seu espaço ampliado e adequado à destinação.

Entre as melhorias está a instalação de um elevador, a construção de rampa para portadores de necessidades es-

peciais e um estacionamento no terreno ao lado da unidade, que foi doado pela Prefeitura e servirá ao público.

A Vara, que tem em seu quadro funcional 15 servidores e dois estagiários, não possui acomodações suficientes, o que prejudica inclusive os serviços da secretaria e o atendimento ao balcão, que também está em um espaço muito reduzido. A diretora da unidade, Dorothy Kiyomi Moriya Kubota, relatou que “a expectativa com a obra é muito grande, tendo em vista que era uma reivindicação dos servidores e juízes de muito tempo. A reforma beneficiará os servidores e os jurisdicionados.”

A divulgação do novo endereço, para os que têm ações tramitando, está sendo feita com a colaboração da informática do Tribunal, que disponibilizará em todos os expedientes a informação, também oficiada à OAB. Para a população, de uma maneira geral, haverá uma grande faixa em frente da unidade onde se dará a reforma, além de avisos fixados nos editais, no interior da Vara.

▶ O prédio que abriga a Vara vai incorporar o terreno vizinho



# Curso da Escola Judicial e da Unicamp forma turma de Economia do Trabalho

**M**agistrados e servidores alunos do curso de Economia do Trabalho da Escola Judicial do TRT-PR e da Unicamp receberam seus certificados no dia 16 de abril, como resultado dessa parceria, em uma cerimônia que teve na programação uma palestra do professor da Unicamp José Dari Krein, que falou sobre “Tendências e perspectivas do trabalho no Brasil” (ver boxe na página ao lado).

O curso foi realizado nos anos de 2008 e 2009, em Curitiba e Londrina, com aprofundamento em disciplinas que refletem diretamente na realidade do Direito do Trabalho, como “história e desenvolvimento econômico”; “empresas e relações de trabalho”; “industrialização e economia brasileira contemporânea”; “mercado de trabalho, ocupação e rendimentos no Brasil”; “estrutura e evolução da organização sindical no Brasil”; “negociações coletivas e os impactos da reforma sindical”; “a questão social no Brasil: diagnóstico e análise de políticas”.

**INTERDISCIPLINARIEDADE** - O Presidente do TRT do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, lembrou aos formandos que desde a instalação da Escola Judicial, da qual foi o primeiro diretor, em 2005, as linhas de pesquisa já favoreciam a interdisciplinariedade, atendendo, em princípio, “ao surgimento de um novo Juiz, que tem disposição para a inovação, aberto para as possibilidades de interferir na concepção de um mundo melhor.” O presidente ainda destacou a presença, entre os formandos, da

ex-presidente do TRT-PR desembargadora aposentada Wanda Santi Cardoso da Silva. Ney José de Freitas enfatizou que, “mesmo após aposentada, era visível o entusiasmo de sua plenitude intelectual”, e lembrou uma citação mencionada pelo jurista e professor René Ariel Dotti – “O homem não pode ser desprovido de entusiasmo, paixão lúcida e da esperança”, invocando a todos para cultivar esses sentimentos em suas vidas profissionais, sem nunca perder a sensibilidade frente ao outro.”

Uma formanda, a servidora Maria Eunice Rodrigues da Silva, elogiou a grade curricular do curso e destacou a importância da História Econômica do Brasil para o entendimento das atuais relações de trabalho. Outra formanda, a juíza do trabalho Suely Filippetto enfatizou “a necessidade do magistrado ter essa visão interdisciplinar da realidade, aprofundando conhecimentos da história, da economia, da sociologia, a fim de uma melhor compreensão da realidade do Direito do Trabalho, que se apresenta fragmentada nas ações individuais do cotidiano”.

O professor José Dari Krein comentou que a Economia foi abordada no curso, sob uma “concepção de ciência social interdisciplinar”, uma vez que o enfoque visa a “uma sociedade em que a atividade humana seja valorizada”, ressaltando que “os problemas ainda são estruturais, históricos, profundos no mercado de trabalho”.

*Rossana Tuoto*



Professor José Dari Krein, da Unicamp



O vice-diretor da Escola Judicial, Dirceu Buyz Pinto Junior, entrega o certificado à servidora Aristéia Moraes Ráu

## “Tendências e perspectivas do trabalho no Brasil”

Apesar do avanço nas relações de emprego no Brasil nos últimos anos, é preciso melhorar vários aspectos quanto à forma de contratação e tempo dedicado ao trabalho e salários, declarou o professor da Unicamp José Dari Krein. O professor é doutor em Economia Social e do Trabalho e, coordenador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp. Ele ressaltou o crescimento do mercado formal, representado por mais empregos com carteira assinada, bem como a melhor distribuição de renda no país como os pontos positivos, que se aliam ao crescimento econômico. “Essa realidade não era uma tendência nos anos 90, quando se falava que o emprego no Brasil não tinha futuro. Mesmo assim, o mercado de trabalho no Brasil precisa ser melhor estruturado”, enfatizou o professor, lembrando que ainda há muita informalidade, excedente de trabalho disponível e pessoas inseridas no mercado apenas como meio de sobrevivência, mas sem perspectivas de ascensão social.

O especialista observou que a pulverização do trabalho, com diversidade nas atividades provocadas pela conjuntura econômica, ocasiona a fragmentação das ações dos trabalhadores, impedindo movimentos coletivos em prol de melhores condições de trabalho de uma categoria, realidade muito visível hoje no Brasil. Também citou a importância dos movimentos sindicais nos direitos adquiridos, mas ressaltou a necessidade de maior movimentação, não apenas nas questões específicas das categorias, mas também em assuntos relacionados às condições gerais dos trabalhadores.

José Dari Krein alertou, também, ser necessário criar empregos de melhor qualidade e que, para isso, é preciso preservar a indústria, bem como defender a ampliação das atividades públicas, para garantir uma sociedade mais homogênea. “O movimento sindical precisa dialogar com o desenvolvimento sustentável, pois é ele que abre a perspectiva da reestruturação do mercado, com postos de trabalho de maior proteção social e, desta forma, assegurar a dignidade da pessoa humana”, finalizou.

Flaviane Galafassi

## Mais de 7.500 pessoas atendidas na Páscoa

A Campanha de Páscoa realizada pelas unidades da Justiça do Trabalho em todo o Paraná atendeu a mais de 7.500 crianças. Em Curitiba, a Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental arrecadou 627 ovos de chocolate, doados a crianças de 6 instituições da Região Metropolitana.

Em Londrina, foram arrecadados mais 428 ovos, doados a três creches, além da Casa Acolhedora de Maria e Projeto Futebol Cidadão. O programa de responsabilidade social do Fórum de Araucária doou 60 caixas de chocolates para as crianças da Casa da Criança da Lagoa Grande.

Em Rolândia, 575 ovos foram doados para sete organizações. A Vara de Porecatu arrecadou 311 ovos de chocolate e 6 quilos de bombons, os quais foram doados para duas creches: CMEI Maria Spirandelli e CMEI Maria Helena; e uma creche do município de Florestópolis - CMEI Paula Di Rosa.

No Fórum de Paranaguá, foram arrecadadas 150 caixas de bombons, doadas a 137 crianças.

**CORNÉLIO 100%** - O Movimento Cornélio Solidária recebeu mais de uma tonelada de chocolate em barra Harald, além de todo o material necessário à produção de ovos e bombons, doações de pessoas residentes em Arapongas, Cornélio Procopio, Curitiba, Londrina, Maringá, Nova Fátima e São Paulo. Com esta matéria prima, 51 voluntários fabricaram 5.211 ovos de chocolate, cada qual contendo quatro bombons.

Foram atendidas todas as creches públicas e beneficentes de Cornélio Procopio, todos os estudantes de escolas públicas do primeiro ao quarto ano, asilos, um abrigo, crianças internadas pelo SUS na Santa Casa e jovens encaminhados para ressocialização. Ainda foi possível atender crianças e idosos de Bandeirantes (6), Jacarezinho (9), Leopólis (120), Londrina (250), Nova Fátima (90), Ribeirão do Pinhal (186), Santa Mariana - Distrito do Panema (353), São Jerônimo da Serra - Aldeias Indígenas (200) e Sertaneja (102). O total da campanha do Movimento atendeu 5.464 pessoas, e sobraram 153 quilos de chocolate para a Campanha do Dia das Mães.



## 8ª Vara de Curitiba também atingiu a Meta 2

A 8ª Vara do Trabalho de Curitiba atingiu a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça. O certificado foi entregue ao juiz titular, Paulo Ricardo Pozzolo e sua equipe. Das 86 Varas do Trabalho paranaenses, 52 obtiveram a distinção, entregue às unidades que identificaram e julgaram todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005.

# Encontro regionalizado de saúde reúne duzentos servidores em Curitiba

*A criatividade no ambiente do trabalho foi o tema central*

Cerca de 200 servidores da Justiça do Trabalho do Paraná participaram, nos dias 22 e 23 de abril, em Curitiba, do III Encontro Regionalizado de Saúde – Estilo de Vida e Saúde, promovido pelo TRT. O encontro teve como foco o estímulo à criatividade. Entre as oficinas ofertadas estavam: “Despertando o potencial criativo que há em você”, que teve como proposta o fortalecimento da expressão criativa, a flexibilidade e a capacidade de visualizar novas alternativas, além da percepção do espaço para inovação; “Comunicação corporal: o que se faz e não se fala”, que abordou questões como a comunicação não-verbal, resgate da autoestima, qualidade de vida e competência relacional; e “Avaliação Postural: correlação com os sintomas da vida diária”. Foram oferecidas, também, sessões de quick massage durante o evento.

O mesmo encontro também já ocorreu nas regiões de Maringá, Londrina e Cascavel, no ano passado. O da Capital havia sido adiado para 2010 para evitar aglomeração de pessoas que pudesse disseminar a Gripe.

Para este ano, novos encontros estão programados no Interior – Cascavel, em 6 de agosto; Maringá e Londrina, em 27 de agosto e 24 de setembro, respectivamente; e em Curitiba, no 1º de outubro.

“O encontro tem como foco a apresentação de diversos temas de qualidade de vida e o incentivo na escolha de uma mudança no estilo de vida para uma vida mais saudável, fora e dentro do trabalho” explica a diretora do Serviço de Saúde Ocupacional, Desenvolvimento e Benefícios do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, Valéria Cobbe.

## ▶ VIDA SAUDÁVEL

A importância da prevenção contra as doenças e o combate ao sedentarismo para uma vida longa e saudável foram os temas da palestra “A Busca da Longevidade”, proferida



*A palestra do médico Marcelo Leitão alertou os participantes para a conquista cotidiana da saúde e da longevidade*

pelo médico Marcelo Leitão. A prática de exercícios físicos, não só esportes, mas também atividades de lazer, como caminhada ou bicicleta, recebeu destaque do médico.

Na oficina “Despertando o potencial criativo que há em você”, a psicóloga Ruth Rodrigues, abordou o uso da criatividade como forma de renovar as atividades realizadas todos os dias. Ruth Rodrigues deu dicas para tornar o trabalho mais dinâmico, como desenvolver a flexibilidade e a curiosidade e enfrentar a autocrítica. “Não se pode ter medo do caos”, disse a palestrante. “É preciso ser dinâmico, encontrar uma forma diferente de fazer o mesmo ‘arroz e feijão’ do dia-a-dia, para não cair na mesmice”.



*A psicóloga Ruth Rodrigues dirigiu a oficina sobre a criatividade no ambiente de trabalho*

A oficina foi dividida em duas partes: a primeira como palestra e a segunda, dinâmica em grupo. Os participantes precisavam criar figuras de mosaicos com papéis coloridos, baseados em palavras de motivação. “As atividades de desenho e recorte estão remetidas à infância, uma fase de pura criatividade. Por isso, esta parte de criação na oficina, para buscar a criatividade esquecida quando criança”, explicou Ruth.

Simultaneamente, aconteceu no encontro a palestra “Avaliação Postural: Correlação com sintomas da vida diária”, por Ana Rita Bondaruk, que trabalha na área há dez anos. “Algumas doenças, como dor de cabeça e infecções, podem ter relação com a má postura”, explicou Ana.

Para o servidor Marcos Kay, da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT-PR, palestras e eventos sobre saúde e estilo de vida são importantes para lembrar a importância de hábitos saudáveis. “É um puxão de orelha porque na correria do dia-a-dia a gente esquece a importância de praticar atividades físicas, e essas palestras nos lembram disso”, comentou.

▶ **TRABALHO EM EQUIPE**

O ambiente de trabalho pode se tornar mais agradável quando há maior interação entre as pessoas e assim aumentar a produtividade. E para melhorar esse contato, momentos de descontração durante o expediente, como uma pausa para o café, são importantes para criar possibilidades de desenvolvimento de trabalho em equipe, explicou o analista corporal de relação Eloim Ribeiro Biscaia, durante a oficina “Comunicação corporal: o que se faz e não se fala”. Ele enfatizou a importância da confiança no companheiro de trabalho para se desenvolver atividades em conjunto.

A dinâmica realizada na oficina foi uma atividade em grupo, lembrou Biscaia, exatamente para demonstrar a importância da interação dos companheiros na realização de tarefas, deixando-as menos cansativas e mais fáceis de fazer. “A ideia é agregar pessoas no trabalho em grupo para cada um ser mais verdadeiro e tornar o ambiente menos estressante”.

O encerramento aconteceu com o show de mímica de Everton Ferre, que é mímico há 28 anos. Num momento de descontração, também falou sobre trabalho: “É preciso amar o que se faz. Sem amor, não se trabalha direito”.

*Bruno Manenti*



*Eloim Ribeiro Biscaia interage com servidoras durante dinâmica sobre trabalho em equipe*



*Foi uma maratona de dois dias de palestras, oficinas, discussões e atividades em grupo*



*Na oficina sobre criatividade, coordenada por Ruth Rodrigues, os servidores escreveram palavras motivacionais...*



*...que serviram como base para a criação de mosaicos de papel, atividade lúdica que remete à infância*



*Ana Rita Bondaruk (de preto) falou sobre a importância de uma postura corporal correta*



*Foram oferecidas sessões de quick massage aos participantes, que também puderam verificar a pressão arterial*

# Congresso debate o Direito eletrônico

*Abertas as inscrições para o IV CIDE, no mês de novembro*

**E**stão abertas as inscrições para o IV Congresso Internacional de Direito Eletrônico, que será sediado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, de 3 a 5 de novembro. Realizado em conjunto com o Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico (IBDE), o congresso discutirá a relação do mundo virtual com o Direito, as redes sociais e o Direito Eletrônico, processo eletrônico, monitoramento eletrônico do preso no sistema de execução penal, responsabilidade civil dos intermediários na internet, entre outros temas.

As inscrições para o congresso podem ser feitas no site [www.ibde.org.br](http://www.ibde.org.br). Para os magistrados e servidores do TRT-PR, as inscrições estão sendo ajustadas dentro do convênio firmado entre TRT e IBDE, para realização do evento, e em breve serão anunciadas na Intranet.

“Estamos vivendo uma nova era do Direito, com todas as implicações que a utilização de novas ferramentas como a Internet acarretam, inclusive sem previsão sobre onde podem chegar” comenta o presidente da Comissão de Informática do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, integrante da Comissão Organizadora do Congresso e um dos palestrantes do evento, com o tema “Direito Eletrônico no Ensino Superior”. O desembargador lembra que “o uso das redes sociais é um exemplo de como essa nova tecnologia pode ultrapassar todos os limites da privacidade, passando a ser utilizada, inclusive, como

referencial de personalidade, meio de seleção no contrato de trabalho. São inovações como estas que tornam debates como o que ocorrerá em novembro necessários para entender os rumos que os operadores do Direito deverão tomar”.

## ▶ Algumas palestras já foram confirmadas

“**Monitoramento e Privacidade no Ambiente de Trabalho**”, pelo advogado e especialista em Direito e Processo do Trabalho Alan Balaban Sasson.

“**O Monitoramento do preso, no sistema de execução penal**”, pelo professor de Direito José Carlos de Araújo Almeida Filho.

“**Novos Princípios do Processo Eletrônico**”, pelo juiz José Eduardo de Resende Chaves Júnior.

“**As redes sociais e o Direito Eletrônico**”, pelo professor Marco Antônio Araújo Júnior.

“**Os Tribunais e a Insegurança da Informação**”, pelo consultor jurídico Renato Opice Blum, especialista em Direito eletrônico.

 Flaviane Galafassi

# Concurso do TRT-PR oferece 127 vagas

Estão abertas as inscrições para o concurso público do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. Serão ofertadas 111 vagas para o cargo de Analista Judiciário (Ensino Superior completo) e 16 para Técnico Judiciário (Ensino Médio completo). Das vagas para o cargo de Analista Judiciário disponíveis, 87 são para a Área Judiciária (sendo 5 delas reservadas a portadores de deficiência); 3 vagas para a Área Administrativa; 21 vagas para a Área Apoio Especializado, das quais 2 são para Fisioterapia, 2 para Psicologia, 1 para Medicina, 1 para Medicina do Trabalho, 3 para Enfermagem, 11 para Tecnologia da Informação e 1 para Estatística. Das 16 vagas para o cargo de Técnico Judiciário, 14 são para a Área Administrativa (1 para portador de deficiência); 1 vaga para a Área de Apoio Especializado – Especialidade Tecnologia da Informação e 1 vaga

para a Área Administrativa – Especialidade Segurança. Também haverá formação de cadastro reserva para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados. As provas serão realizadas no dia 25 de julho deste ano.

As inscrições deverão ser feitas somente pela Internet, no site da Fundação Carlos Chagas - [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br) - das 10h do dia 10 de maio até 14h de 11 de junho. Para quem não tem acesso à Internet, a Fundação Carlos Chagas disponibilizará computadores em locais determinados nas cidades de Curitiba, Cascavel, Guarapuava, Londrina e Maringá, as mesmas cidades onde serão realizadas as provas do concurso. O edital está disponível no site da Fundação Carlos Chagas e do TRT-PR, em [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br), no link concurso.

# Diretores de Unidades Judiciárias de 1ª Instância treinam gerenciamento

Os gestores das unidades judiciárias do trabalho em todo o Paraná elaboraram cartas de intenções sobre a implantação da ferramenta de gerenciamento de rotinas, durante o III Encontro de Diretores de Unidades Judiciárias de 1ª Instância, realizado em 15 de abril, em Curitiba. Os documentos marcaram o encerramento da programação de aperfeiçoamento, que teve o objetivo de desenvolver e fomentar a capacitação dos servidores para que tenham conhecimentos, habilidades e competências essenciais ao exercício de suas atividades específicas e para o alcance dos objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho paranaense.

Todos os participantes foram convidados também para um encontro no gabinete da Presidência do TRT paranaense. O presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, ressaltou a importância da meta nº 5 do Conselho Nacional de Justiça, que estipula a o nívelamento na qualificação administrativa. "O juiz, normalmente, foca-se na atividade jurisdicional, porém é de sua responsabilidade, assim como dos diretores, administrar as Varas da melhor maneira possível, para que a jurisdição tenha condições adequadas para se desenvolver". Qualificando-se para a administração, disse o desembargador, todos podem "exercer a liderança, que é capacidade de despertar o melhor de cada um".

A professora Eloísa Paula de Oliveira conversou com os diretores sobre a dimensão e o cenário da gestão de pessoas; fundamentos da gestão de pessoas nas instituições públicas; competências transversais dos gestores de pessoas – comunicação, liderança, gestão da mudança, trabalho em equipe, resolução de conflitos, identificação de talentos, alocação, desenvolvimento, avaliação e reconhecimento; gestão de pessoas por competências; premissas e diretrizes da gestão estratégica de pessoas e alinhamento entre gestão de pessoas e resultados organizacionais.

No módulo sobre Gestão da Qualidade, enfatizou-se a orientação gerencial das varas, que devem ter como ponto principal o foco no jurisdicionado. Discutiram-se aspectos do trabalho em equipe, secretaria, decisões baseadas em fatos e dados e a busca constante da solução de problemas e da diminuição de erros.

A respeito do gerenciamento de rotinas, os diretores discutiram o fornecimento de meios para que cada vara do trabalho conduza suas atividades competentemente, de forma que os níveis hierárquicos superiores possam desempenhar suas funções. "Todo gerenciamento de rotina necessita do estabelecimento, manutenção e melhoria dos padrões de processo e procedimentos", concluíram.

*Irene Pioker*



Thyrza Wolk

*Os gestores discutiram rotinas, liderança, competências, solução de problemas e redução de erros*

# Projeto Científico de 2010 começa com parceria para compartilhar informações

**C**omeçou no dia 9 de abril o II Projeto Científico, organizado em parceria entre a Escola Judicial do TRT-PR e a Ematra IX, dando continuidade ao projeto “Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações”. A abertura foi realizada pelo desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior, vice-diretor da Escola Judicial, que apresentou o tema da oficina: “Acesso à prova e o pleno exercício das potencialidades do processo”.

O juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, diretor da Amatra IX e da Ematra IX, abordou a importância da parceria entre a Ematra e a Escola Judicial, fazendo um balanço das atividades realizadas no ano de 2009. Com o projeto “Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações”, dentro do conceito de retroalimentação, em que as ações individuais geram providências para as ações coletivas e essas retornam ao individual, propiciou-se a realização de um convênio com a Superintendência Regional do Trabalho e Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região.

Os sistemas de computadores desses órgãos irão se comunicar, possibilitando o acesso a um banco de dados que será alimentado com as informações atinentes a cada instituição e isto permitirá a gestão de informações. A Vara do Trabalho de Castro é piloto nesta forma de compartilhar dados. Além do convênio, o projeto forneceu subsídios para o congresso internacional de direito ambiental, que acontecerá em agosto, o lançamento de um livro composto com coletâneas de artigos e um curso voltado ao público externo do tribunal: “Inspeção do Trabalho”.

A assistência judiciária e sua implicação na questão orçamentária do TRT-PR foi tema da explanação do juiz Bráulio Gabriel Gusmão, titular da 4ª VT de Curitiba. Dentro do que prevê a lei, as solicitações para o pagamento dos honorários periciais àqueles que são beneficiados com a assistência judiciária gratuita tem-se mostrado maior que a dotação orçamentária subscrita. A proposta é de reflexão sobre os parâmetros atuais das solicitações, sobre o interesse na qualidade ou produção da prova técnica e no critério de escolha dos peritos.

Encerrou a oficina o juiz Cássio Colombo Filho, conselheiro da Escola Judicial e da Ematra IX, que apresentou a questão da prova pericial no processo do trabalho. Ele relatou que entre as dificuldades atuais estão: aumento das demandas que envolvem perícias, em decorrência da Emenda Constitucional nº 45/2004; a escassez de profissionais (peritos); a questionável qualidade dos laudos; a longa duração daqueles processos que envolvem prova pericial e a hesitação na decisão do caso pela insatisfação ou desconfiança da prova. O juiz apontou como causas prováveis para as dificuldades: a má remuneração dos peritos, existindo a oscilação e a imprevisibilidade dos valores pagos e a falta de profissionais de confiança do juízo, já que estão envolvidas questões éticas e do controle do trabalho do perito, além dos altos valores econômicos em discussão.

Como reflexão sobre a atuação dos peritos, o juiz Cássio falou da troca de experiências com outros órgãos do Poder Judiciário. Na Justiça Federal existe uma limitação na utilização da justiça gratuita, sendo exclusiva para os juizados especiais nas causas em face da União; no rito



O presidente da Amatra IX, Carlos Augusto Penteados Conte, o vice-diretor da Escola Judicial, Dirceu Buyz Pinto Junior, e os juízes Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, vice-presidente da Amatra IX, e Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, diretor da Ematra IX

especial (previsão da Lei 1.059/2001); nos pedidos referentes à concessão de benefícios, ou seja, de auxílio-doença e nas controvérsias para análise de incapacidade atestada mediante prova pericial. O maior destaque está na existência naquela instituição de um setor de apoio às perícias judiciais para atuação dos profissionais credenciados, fornecendo, além das instalações físicas, uma infraestrutura para atendimento ao público. Além dos laudos padronizados, que são preenchidos através de formulários que facilitam a conclusão pericial e o pagamento dos honorários são fixos em R\$ 176.

Na Justiça Estadual existe a Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho de Curitiba, que atende às ações acidentárias em face da União, com um quadro de peritos cadastrados, que realizam perícias que avaliam além da incapacidade o nexos causal. O pagamento dos honorários é feito através de antecipação pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sendo tabelada em R\$ 780 cada perícia.

Como proposta para avaliação da viabilidade da realização de perícias pelos magistrados, o juiz fez as seguintes ponderações: primeiro pela dispensa da perícia com fundamentação legal no art. 427 do CPC. Mas se deve observar as hipóteses mais aceitas, que são a do nexos técnico epidemiológico previdenciário (NTEP), previsto no art. 21-A da Lei 8.213/91. Segundo, na inversão do ônus da prova

quando já houver o laudo pericial nos autos, com um caso analógico, e o empregador não concordar com a conclusão. Terceiro, pelo novo enquadramento do grau de risco para a contribuição do seguro de acidente de trabalho (SAT) e o fator acidentário de prevenção (FAP). O Decreto 6.042/07 alterou o regulamento da previdência social (RPS), Decreto 3.048/99, modificando a classificação do risco de acidente de trabalho em função de atividade preponderante da empresa e regulamentando o fator acidentário de prevenção (FAP).

Ainda para a dispensa de perícia, o juiz pode exigir o programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA), estabelecido pela Norma Regulamentadora NR-9, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho. O juiz Cássio Colombo Filho sugeriu a criação de uma central de perícias no Tribunal, um setor com servidores e peritos cadastrados, que possibilitaria o trabalho conjunto com os médicos nos exames e diagnósticos; a centralização de nomeação, laudos, pagamentos por ordem de realização das perícias, análise das empresas, comparação dos peritos e a padronização dos honorários. No decorrer do ano serão realizadas novas oficinas com o objetivo de aprofundar os temas abordados e planejar ações objetivas para as questões apresentadas.

 Irene Pioker

## Justiça, Ministério Público e Ministério do Trabalho cobram melhor ambiente de trabalho nas empresas

Um termo de cooperação técnica assinado pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná possibilitará atuação coordenada entre os órgãos, na área de interesses trabalhistas transindividuais, ou seja, direitos que não beneficiam apenas uma pessoa, mas a coletividade. Por meio de base conjunta de dados cadastrais dos três órgãos, serão realizadas inspeções pontuais, de modo a cobrar melhoria nas condições de trabalho nas empresas. “A atuação coordenada, com finalidades institucionais complementares, tende a promover uma redução de ações repetitivas, o que trará subsídios para uma ação coletiva ou assumirá o conteúdo de prova técnica em ações individuais, gerando sistema de retroalimentação entre as ações individuais e as providências coletivas”, explica o juiz Paulo Henrique Conti, coordenador do Projeto Científico “Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações”, desenvolvido em conjunto pela Escola Judicial do TRT-PR e a Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR).

O projeto científico com o tema meio ambiente de trabalho foi realizado durante o ano de 2009 e reuniu juizes do Trabalho e profissionais ligados à área. Durante os encontros, foi discutida a necessidade de um ambiente de trabalho saudável nas empresas, estruturado na aplicação do Direito do Trabalho em sintonia com os avanços do Direito Ambiental. Além do termo de cooperação técnica entre os órgãos, também surgiu, como resultado do projeto científico, proposta de realização de um encontro sobre Direito Ambiental do Trabalho, previsto para agosto deste ano, em Curitiba, e a publicação de um livro sobre o tema.

O juiz Paulo Conti explica que atualmente existem muitas ações individuais decorrentes de problemas fundados nas questões ambientais de trabalho. Segundo ele, mesmo julgados na Justiça, em cada processo esses casos voltam a ocorrer, visto que o problema continua existindo na empresa. “Com essas informações casadas será possível maior atuação dos órgãos”, diz o juiz. “O Ministério Público tem o poder de iniciativa que a Justiça não tem, pois não temos a prerrogativa de iniciar o processo. Por outro lado, os procuradores não têm o poder de sanção. O Ministério do Trabalho, por sua vez, tem grande capacidade de agregar conteúdo a esse sistema, em razão do expressivo conhecimento técnico de seus integrantes. Com os três órgãos atuando em conjunto poderemos unir iniciativa, conteúdo e sanção, melhorando as condições de trabalho nas empresas”, pondera.

Flaviane Galafassi

# Campanhas sociais do Tribunal auxiliam comunidades de catadores e indígenas

**A** catadora de materiais recicláveis Ruth Cavazani tem 48 anos e um sonho: ter melhores condições de trabalho. “Eu saio de casa muitas vezes às 5h da manhã e volto pra casa 5h da tarde, sem lugar pra comer, correndo riscos”, diz a catadora. Como se não bastasse a dificuldade enfrentada para separar, em casa, o lixo que recolhe das ruas, Ruth tem enfrentado, nos últimos dias, a impossibilidade de trabalhar, devido à chuva que atingiu a região onde mora, em Pinhais. “Por causa da dengue e do acúmulo de água em casa tive que retirar o material do quintal”, explica. Com dificuldades de trabalho, a doação de uma cesta básica, nesta quarta-feira, pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, foi um alívio para a família. “Trabalhamos muito. Estamos tentando melhorar de vida, mas até que isso aconteça, as doações são muito importantes”, diz a catadora.

Ela e outros trabalhadores que fazem parte da Associação dos Recicladores de Pinhais (Arepí) e da Associação de Recicladores de Piraquara (Reciquara) receberam cestas básicas adquiridas com a Campanha do Quilo, uma iniciativa do TRT-PR, que periodicamente doa para o Instituto Lixo e Cidadania alimentos arrecadados junto aos magistrados e servidores. Essa mesma instituição receberá também as doações da Campanha de Inverno deste ano, que segue até o dia 20 de maio, em Curitiba.

O Instituto atende, no total, 59 grupos de catadores, e atua com foco na erradicação do trabalho infantil, educação ambiental e apoio na gestão de cooperativas e associações de catadores.

Para Ruth Cavazani, que também assumiu a presidência da Arepí, a associação, cujo barracão ainda está sendo construído, trará benefícios para os trabalhadores. “Quando concluirmos a associação teremos uma cozinha, com horário para comer, além de termos melhores condições de trabalho, com preço melhor na venda do produto”, explica. Ela conta que trabalhando independente, como faz hoje, vende o quilo do papelão por R\$ 0,20, preço que



Associação de catadores de resíduos recebe doações



Acervo do Museu Paranaense

Fotos do Museu Paranaense ilustram a campanha

poderá chegar a R\$ 0,35 quando os trabalhadores estiverem atuando em conjunto por meio da associação. “Precisamos unir forças e com isso ganhar melhor. Só assim poderemos melhorar de vida”. Enquanto isso não acontece, ela aposta nas doações. “Precisamos de roupa, cobertores, comida. Tudo isso nos ajuda muito”.

De acordo com o coordenador de projetos do Instituto Lixo e Cidadania, Sérgio Roberto Faria, muitas pessoas têm resistência a doações porque consideram que o assistencialismo não é positivo. “Porém, até que essas pessoas tenham condições de seguir por conta própria, esse assistencialismo é necessário. Ele é positivo, desde que seja sazonal e não pereça, por isso trabalhamos com projetos como este, de estimular a formação de associações, de desenvolver habilidades de gestão nessas pessoas, para que tenham progresso”, diz.

## CAMPANHAS SOCIAIS

Para doar cobertores e agasalhos, na Campanha de Inverno do TRT do Paraná, basta procurar os responsáveis nas três sedes do Tribunal, em Curitiba: Rua Vicente Machado, 147 e 400, e Alameda Carlos de Carvalho, 528. A campanha segue até o dia 20 de maio.

Para a Campanha do Quilo, as doações são permanentes e podem ser feitas também nas três sedes do TRT-PR: na Carlos de Carvalho, o setor responsável é a Secretaria do Pleno, no 1º andar; no prédio da Vicente Machado, 400, as doações poderão ser entregues na Direção do Fórum, no Anexo Administrativo; e no prédio da Vicente Machado, 147, na Comissão de Responsabilidade Social, no 1º andar.